

AGENDA ESTRATÉGICA REGIONAL SUL

2011
2021

CADERNO DE TRABALHO



ENCONTROS TEMÁTICOS

ECONÔMICO

Apresentação

Este relatório é um documento de trabalho elaborado com o objetivo de fornecer referências, subsídios e estímulo à reflexão dos participantes do Encontro Temático Econômico da *Agenda Estratégica Regional Sul – 2010-2011*.



Fluxo da metodologia dos trabalhos

O material registra a visão do tema econômico, segmentado em seus grandes eixos. As visões registradas foram em parte colhidas na região em encontros com os Prefeitos, com lideranças locais e entrevistas individuais a vários atores da região e do estado, assim como através de observações da equipe consultora do Projeto em visitas locais e de exploração de campo nos municípios.

Neste encontro temático iniciar-se-á a fase de formulação estratégica, onde haverá de se trabalhar sobre:

- uma visão compartilhada de ações que devem ser pensadas para serem implementadas no período de 2011-2021;

- o exercício das grandes prioridades, em relação ao futuro da região;
- o que deve ser pensando para o desdobramento das ações em projetos estruturantes de médio e longo prazo.

Para que possam ser desenhadas as proposições de projetos estruturantes que irão compor a Agenda 2010-2021, os subsídios sobre os quais estarão assentadas deverão ser compatibilizados com os projetos existentes no inventário interno e externo da região.

Índice

Apresentação	2
1 Agregação de Valor à Produção	5
1.1 Produtividade da Atividade Agropecuária	5
(a) Qualidade do café	5
(b) Desenvolvimento da Pecuária.....	7
(c) Inventário agro-ecológico	8
(d) Adoção de Cultura Adequadas ao Clima e ao Solo	10
1.2 Desenvolvimento de Produtos e Serviços de maior valor	11
(a) Agronegócio	11
(b) Industrial.....	12
(c) Serviços	12
(d) Oportunidade de agregação de valor	14
1.3 Combinação de Cadeias de Produtos e serviços.....	15
1.4 Qualidade e Certificação	16
1.5 Centros Locais de Distribuição e Comercialização	16
2 Recursos Financeiros.....	18
2.1 Captação de Recursos.....	18
2.2 Geração de Receita Própria – Tributos	19
2.3 Instrumentos de Fomento	20
(a) Para o Poder Público	20
(b) Para os Produtores Locais	22
2.4 Disponibilização de Crédito e Incentivos	23
3 Adensamento das Cadeias Produtivas	25
3.1 Rural e Urbano	25
3.2 Pesquisa Aplicada.....	27
3.3 Associativismo.....	27
4 Interiorização do desenvolvimento	30
4.1 Desenvolvimento da Logística.....	30
(a) Melhorias das rodovias – federais e estaduais	30
(b) Transporte de pessoas.....	31
(c) Estradas direcionadas a vetores turísticos e de desenvolvimento	32
(d) Portos e terminais portuários.....	33
(e) Marinas turísticas	34
(e) Apoio <i>offshore</i>	34
(f) Cabotagem.....	35
(g) Aeroportos.....	35
(g) Heliportos e helipontos	36
(h) Ferrovias – Cargas e Passageiros	37
4.2 Redes de Cidades e pólos	38
4.3 Trabalhos Remotos com Recursos de TIC	39
5 Economia local	41
5.1 Projetos de Incentivos a Preservação do Patrimônio Local	41
(a) Aproveitamento e preservação cultural	41
(b) Ferrovias Turísticas.....	42
5.2 Incentivos à Fixação na Região	42

1 Agregação de Valor à Produção

1.1 Produtividade da Atividade Agropecuária

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo impacto econômico negativo, atrai a atenção dos envolvidos para o problema. ▪ Estudos já sendo elaborados no ES visando à melhoria do padrão da atividade cafeicultura. ▪ A região já foi uma das principais produtoras e exportadoras de café do país. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pensamento único de que a saída para a monocultura são as florestas industriais. ▪ Lavouras envelhecidas. ▪ Evasão do café produzido no ES para outros estados. ▪ Venda do café do pequeno produtor feita por meio de atravessadores. ▪ Poucas unidades torrefadoras na Região. ▪ Baixo espírito associativista dos pequenos produtores. ▪ Apoio técnico feito de forma insuficiente. ▪ O café da região não possui uma marca reconhecida.

(a) Qualidade do café

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tradição nesta cultura. ▪ Programas e pesquisas para melhoria do café capixaba. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa produtividade das lavouras. ▪ O café da região não possui uma marca reconhecida.

O café capixaba sofre uma forte concorrência do produzido no Cerrado mineiro. Um dos principais fatores de impulso da cultura mineira é o fato de ser feita em solos relativamente planos, permitindo mecanização intensa da colheita, barateando o custo de produção e de comercialização. Mas, do ponto de vista da qualidade, o café mineiro é inferior ao capixaba, pelo fato de sua colheita ser feita mecanicamente, não garantindo, assim, a escolha das cerejas, sendo isso possível no processo manual.

Os produtores capixabas, de forma oposta, enfrentam um preço bastante alto e ascendente da mão de obra a ser empregada na colheita, uma vez que a topografia local restringe o uso de máquinas, sem contar com a evasão do café capixaba que é enviado para MG, pela proximidade territorial e que, na maioria das vezes, não permite nenhum controle fiscal.

Outro aspecto econômico desfavorável ao café capixaba é que, para a sua comercialização, ainda se utilizam de atravessadores, que colocam o preço diante de seus interesses, o que poderia ser neutralizado com a expansão do processo de associativismo.

Deste modo, percebe-se que o fator “competitividade” a ser perseguido é o aumento da qualidade do produto, que o diferencie no mercado e permita obter preços mais compensadores, assim como a formação de grupos de produtores organizados.

Sem perder o foco da qualidade, também deve-se buscar o ganho de produtividade, de forma a tornar o negócio mais rentável e menos agressivo ao meio ambiente. A tendência moderna é o plantio de forma mais densa e com a distribuição das plantas segundo um modelo baseado em pesquisas técnicas. Desta forma, obtém-se um resultado igual ou superior, com áreas plantadas menores e mais fáceis de cuidar.

É importante se pensar em plantar o café nas áreas mais cômodas para o manejo, como alternativa às degradadas por pastagens, de forma a contribuir na recuperação da terra e ser economicamente viável.

Urge a formatação uma alternativa que garanta o escoamento do café produzido com a construção e difusão de silos de armazenagem para que o governo possa fazer a aquisição de estoques reguladores em vista da prevenção quanto a problemas de preço no mercado. Reforça-se, ainda, a necessidade de haver programas de securitização regulares, que deem garantia e segurança à safra contra riscos e intempéries da natureza, podendo haver o acompanhamento da produtividade e qualidade locais, servindo de fonte de dados para ações dirigidas à sua melhoria.

O programa “Renovar Arábica”, do Incaper, tem por objetivo revigorar todas as lavouras capixabas de arábica e melhorar não apenas a qualidade, mas principalmente a produtividade. Este trabalho visa, também, ao aumento da rentabilidade e à estabilidade econômica do cafeicultor por meio da eficiência produtiva dos estabelecimentos rurais.

O melhoramento genético do café conilon é outro trabalho de qualidade desenvolvido pelo Incaper, campo de pesquisa que vem contribuindo cada vez mais para o aumento da produtividade, melhora da qualidade e redução dos custos de produção. Isso ocorre porque a maioria dos programas de melhoramento genético visa ao desenvolvimento de plantas melhores, de custo de produção relativamente baixo e fácil adoção pelos produtores.

(b) Desenvolvimento da Pecuária

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Polos de produção de derivados de qualidade. ▪ Programas de controle de qualidade e melhoria do leite sendo desenvolvidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relevo não propicia a criação de gado de corte. ▪ Baixa produtividade. ▪ Técnicas antigas e ultrapassadas para o manejo do gado e das pastagens. ▪ Degradação do solo.

A pecuária sofre com o relevo, que torna desinteressante a criação de gado de corte por acarretar um baixo fator de engorda e prejudicar a qualidade da carne. Todavia, a atividade leiteira tem expressão e grande potencial para crescer.

Nela, o que mais se destaca é a existência de programas de controle da qualidade do leite, desenvolvidos por cooperativas junto a seus participantes. Além de atender à exigências fitossanitárias e de padrão básico do produto, percebe-se a busca de uma mercadoria de melhor qualidade e mais valorizada, que dará melhores resultados após sua industrialização. Os trabalhos têm sido baseados no estímulo e conscientização dos produtores, aos quais é prestada assistência técnica para que possam atingir as metas necessárias.

Outro ponto interessante é que já surge no estado alguns polos de produção de laticínios de qualidade, capazes de conquistar um posição firme no mercado local e com potencial para se beneficiar da expectativa de crescimento do consumo que acompanha os investimentos previstos para o estado nos próximos anos.

(c) Inventário Agroecológico

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Substância de valor fototerápico. ▪ As espécies exóticas ou típicas são um diferencial para se atrair visitantes. ▪ Exploração das riquezas por turistas e pesquisadores que visitam a região para estudar a flora. ▪ Quantidade de áreas aproveitáveis não exploradas. ▪ Diversidade climática e posição geográfica. ▪ Formação do solo em montanhas de baixa altitude facilita o manejo. ▪ As áreas das propriedades são pequenas, vindo a facilitar o controle e a produtividade das lavouras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de catalogação da flora. ▪ Devastação de áreas sem planejamento e fiscalização. ▪ Tradição de exploração agrícola e pecuária pouco sensível a mudanças. ▪ Informação e transmissão de conhecimento ambiental e uso do solo. ▪ Existência de ocupação rural não planejada. ▪ Troca da produção agrícola por florestas comerciais com baixo uso de mão de obra. ▪ Produtor não diversifica as culturas florestais por falta de apoio ou desconhecimento técnico.

A passiflora como gênero botânico possui cerca de 500 espécies de plantas, pertencentes à família *Passifloraceae*. São, em sua maioria, trepadeiras; algumas são arbustos e outras poucas espécies são herbáceas, sendo mais conhecidas pelo seu fruto, o maracujá.

Além dos frutos, este vegetal é também reconhecido por ter poderes terapêuticos, as folhas e raízes, contendo a maracujina, a passiflorina e calmofilase e outros princípios ativos muito utilizados como sedativos, antiespasmódicos, anti-inflamatórios e depurativos; além disso, suas sementes atuam como vermífugos.

Na Mata Atlântica há uma grande riqueza (natural, nativa) desta espécie vegetal e de outras espécies que precisam ser mais estudadas e catalogadas para serem adequadamente exploradas.

O Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Espírito Santo (Pezee-ES) propõe a elaboração e estruturação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Espírito Santo (ZEE-ES), territorial e costeiro, através de uma base organizada de informações, contribuindo para a definição de áreas estratégicas e para o desenvolvimento sustentável do estado.

Propõe, ainda, soluções de proteção ambiental e de desenvolvimento. Determina, assim, os investimentos do governo e da sociedade civil, segundo

as peculiaridades regionais, em busca da melhoria das condições de vida da população e da redução dos riscos de perda do patrimônio natural.

Com o resultado desse inventário ter-se-á uma visão da ocupação do solo, que contribua para que a terra volte a ser economicamente viável. O Espírito Santo seguiu os procedimentos erráticos empregados no Brasil, tais como: remoção das matas com posterior queima, a perda de matéria orgânica e de nutrientes, a exposição do solo à ação das chuvas, ocasionando sua degradação. Essa situação, diminuindo a produtividade das lavouras, além de inviabilizar a infiltração de água no solo, prejudicando o abastecimento das nascentes, provocando a erosão e o assoreamento dos rios.

Outro objetivo estratégico do inventário é se conseguir demarcar as áreas de vegetação nativa e de solos nobres, pois algumas espécies de plantio estão sendo realizadas sem critério, só baseadas apenas na lógica econômica, visando resultado imediato.

O mapeamento contribuirá significativamente com a agricultura familiar quanto ao espaço para crescer, com empreendedorismo e apoio técnico / de crédito. Permitirá que haja uma distribuição de sementes de qualidade de espécies florestais, alimentares e frutíferas, com foco nos padrões de consumo familiares e direcionadas ao solo próprio. A cada entrega de mudas ou sementes, deve ser feita uma oficina de orientação do uso e o melhor aproveitamento delas.

Haverá, também, a contribuição na orientação e preparação das áreas de pastagem. Muitos produtores normalmente utilizam aração e gradagem feitas no sentido vertical, de morro abaixo, ou seja, no sentido do declive e essa prática nestas áreas torna-se perigosa para o operador da máquina, pelo risco de acidente, além de expor o solo às ações da chuva, facilitando a erosão. Tais áreas declivosas devem ser utilizadas dentro da sua capacidade específica e tão somente isso (ex.: plantio de gramíneas ou outros vegetais como bambuais, que possuem uma grande capacidade de firmar e proteger o solo nu, além, naturalmente, de espécies nativas ou exóticas de árvores, que muito ajudam neste sentido).

(d) Adoção de Culturas Adequadas ao Clima e ao Solo

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade de climas e de altitudes. ▪ Abertura de mercados internos e externos para frutas de clima temperado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tradição de exploração agrícola e pecuária pouco sensível a mudanças. ▪ Algumas culturas são introduzidas sem critérios, estendendo-se por áreas nobres ou de preservação. ▪ Produção bastante voltada para a monocultura.

A Região Sul apresenta, às vezes, até dentro de um só município, uma variedade de microclimas e de altitudes que permitem a introdução de novas culturas agrícolas, inclusive de produtos bastante valorizados no mercado.

Com o Pezee-ES implantado na Região Sul, ter-se-á uma base organizada de informações, contribuindo para a definição de áreas estratégicas e em condições favoráveis, orientadas para o máximo aproveitamento do solo, *vis-à-vis* do desenvolvimento sustentável da região.

As frutas de clima temperado, como o pêssego e a uva, abrem uma nova fronteira às atividades, não necessariamente com base na extinção das produções tradicionais, podendo ser combinadas com culturas já implantadas, a partir de um planejamento com a devida assessoria técnica. O mesmo vale para o plantio de oliveiras, que já se torna uma realidade no ES, imaginando-se que o mercado seja muito favorável não somente ao acondicionamento e venda do fruto em conserva, como a exportação de azeite de oliva tanto para o mercado interno, quanto externo.

Outra vantagem será o estímulo e a orientação aos produtores da agroindústria com base familiar, como forma de agregar valor à sua produção, apropriando as oportunidades agroturísticas da região em vista das tradições locais, preservando seus valores culturais, evitando-se o plantio sem critério, baseado apenas na lógica econômica e buscando-se resultados imediatos, utilizando-se, inclusive, áreas de solos nobres.

O plantio das culturas florestais, de maior interesse econômico imediato, tem que ser analisado pelo prisma da biodiversidade, em todos os seus componentes hierárquicos: ecossistema, comunidade, espécies, populações e genes em uma área definida.

Observa-se que as atividades da agricultura mais intensas ou significativas são realizadas sob a forma de monocultura, tornando-as mais dependentes de

fatores externos. Pelo lado técnico, sabe-se que são mais vulneráveis à propagação de pragas, destruição do solo e longos períodos de permanência. No aspecto econômico, trazem a situação desfavorável de tornar toda uma região dependente de flutuações de preços e demandas de mercado.

A diversificação, sobretudo quando há concomitância entre as culturas, diminui o efeito da exposição a riscos concentrados, pois o momento desfavorável, por um ou outro motivo, de uma cultura pode não coincidir com o da outra, mantendo sempre alguma atividade interessante em curso.

1.2 Desenvolvimento de Produtos e Serviços de Maior Valor

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de alternativas à produção orgânica aplicáveis à Região Sul. ▪ Muitos produtos existem enquanto aperfeiçoamento de culturas já existentes. ▪ Base tecnológica implantada nas universidades locais. ▪ Balneários turísticos (bem como a extensão do litoral) da região atraem atividades marítimas e de lazer. ▪ Potencial turístico em geral, além das belezas naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de capacitação e atualização tecnológica. ▪ A costa marítima da região é explorada por pesca artesanal. ▪ Turismo sendo explorado com condições e recursos locais ainda sem estrutura condizente com demanda.

O mercado consumidor está cada vez mais exigente com os produtos que deseja; há nichos que se dispõem até a pagarem um preço diferenciado em função da qualidade que lhes é oferecida, quanto à certificação dos produtos e processos (ex. típico: café arábica orgânico, sem a utilização de agrotóxicos).

(a) Agronegócio

Na produção agrícola, desponta o segmento de produtos orgânicos. As maiores redes varejistas do país já se estruturam para ter setores voltados a alimentos produzidos segundo uma gama de conceitos, que se denominou chamar de “produção orgânica”. Como o preço final de venda ao consumidor é maior, abre-se espaço para que os produtores busquem este segmento para uma melhor remuneração.

A seleção de culturas agrícolas é outra frente a ser analisada, pois há produtos que fazem uma sensível diferença em termos de resultado final, quer pelo seu melhor valor de venda ou pelo manejo facilitado.

Estimular a agregação de valor aos produtos da agroindústria, tendo como base as raízes familiares e a cultura da região, apropriando-se dessas para promover oportunidades no agroturismo quanto às riquezas culturais da culinária, folclore, artesanato e produtos típicos dos seus locais de origem, preservando seus valores culturais e tradicionais.

(b) Setor Industrial

Neste campo, a seleção de produtos procura avançar na cadeia, buscando aqueles com maior grau de acabamento, por representarem um maior emprego de recursos locais de qualidade, ao invés da escolha de produtos em estado bruto.

Um valor que deve ser pensado em ser agregado é o relativo ao reaproveitamento dos resíduos da indústria de rochas, que não são homogêneos em sua composição, dificultando seu reaproveitamento. É importante a implantação de tecnologias para análise do reaproveitamento desses resíduos para serem incorporados em outros segmentos (ex.: na indústria de tijolos e na cobertura de leitos naturais de estradas, *idem* em campos abertos nos estabelecimentos rurais, reduzindo o descarte total).

(c) Serviços

Nesta área, o turismo na região destaca-se e pode-se pensar na instalação de equipamentos de alta qualidade. Há espaço para criação, por exemplo, de hotéis no sistema de *resort*, que contribuirão para atrair turistas com um padrão de renda mais alto.

Também a implementação de serviços prestados remotamente por meio dos recursos advindos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de desenvolvimento de *software* acenam com possibilidades de demandarem serviços de maior valor agregado e de produção limpa. Assim como a indústria do *design* que tem um vasto campo a ser explorado, em especial junto às áreas de produção do mármore, podendo tornar-se a primeira deste setor no Brasil.

O turismo da região tem muitos campos a serem incrementados, como a criação de guias especializados, de agências externas voltadas para a oferta de pacotes dirigidos e conveniadas com representantes locais para a recepção, assim como a disponibilização de transporte local feito por meio de veículos apropriados, objetivando a exploração e visitação de pontos turísticos diversos.

O transporte por helicópteros abre novas alternativas de acesso ao turismo na região, pela implementação de roteiros com circuitos de lazer (levando e trazendo), otimizando, também, o potencial disponível desses equipamentos que fazem atividades nas plataformas e ficam nos fins de semana ociosos nos pátios dos aeroportos.

A melhoria e conservação das estradas que cortam a Região Sul, sobretudo no eixo transversal à BR-262, incrementará o fluxo de turistas mineiros que se dirigem aos municípios litorâneos do ES, economizando tempo de deslocamento, desobstruindo a BR-262 e tendo oportunidade de conhecerem potencialidades turísticas dos municípios cortados – p. ex., agroturismo e produtos regionais.

O passeio por municípios da Região Sul via ramal ferroviário, que possuem grande patrimônio histórico, pode ajudar a dar visibilidade ao turismo local, especificamente na rota do Vale do Café com seus casarios tombados.

O litoral da região tem potencial para ser utilizado em pontos privilegiados de balneabilidade, sendo a indústria do mar um potencial a ser aproveitado. Desde o pequeno comércio de roupa praiana até a criação de marinas turísticas, permitindo a atracação de embarcações de pequeno e médio porte, utilizadas para lazer, sendo propriedades individuais ou alugadas. Nas marinas, também se disponibilizam serviços de apoio que incluem ligações de água e eletricidade, postos de combustível, balneários, instalações sanitárias, pequenos reparos e segurança das embarcações. Em algumas delas é ainda possível encontrar lojas de equipamentos náuticos, bares e restaurantes, entre outros.

No aproveitamento do litoral deve ser ainda explorado o apoio *offshore*, pois o litoral da região encontra-se em localização particularmente favorável em relação às áreas próximas das bacias de exploração do pré-sal, a nova fronteira da produção de petróleo. Assim, não apenas a Petrobras necessitará de novas bases de apoio, mas também diversos prestadores de serviços e outras empresas detentoras de campos petrolíferos nesta região.

Na área costeira da Região Sul, o transporte modal marítimo, através do sistema empurrador / barcaça, que é pioneiro no Brasil e já vem sendo adotado em outros locais, pode ser incentivado e fortalecido no transporte de madeira e granito.

A construção de armazéns, bem como o desenvolvimento e implementação de estruturas logísticas para a centralização de cargas (recepção e despacho), em pontos próximos à região de produção ou de destino de uso ou embarque é um

ponto a ser considerado, em função da oportunidade de se ganhar em eficiência e desafogar as vias rodoviárias próximas aos grandes centros urbanos.

A Região Sul detém, hoje, em Iconha, uma das maiores frotas de caminhões do país, e tem em sua linha de passagem a BR-101, um potencial de trânsito de aproximadamente 300 veículos de grande porte por hora, em ambos os sentidos. Esse potencial pode vir a ser explorado como “a cidade do caminhoneiro”, desenvolvendo-se toda a força dessa cadeia de negócios voltada aos veículos (manutenção, personalização e compras), como os serviços de comércio e negócios para os caminhonistas.

(d) Oportunidade de Agregação de Valor

Em todas as produções é importante desenvolver-se toda a sua cadeia produtiva, tanto na agregação de valores à sua produção, como no beneficiamento do elemento-base e até no reaproveitamento ou destinação, de forma apropriada, dos resíduos. Isso é aplicável na agricultura, na pecuária e na indústria.

No segmento da inovação, as universidades, as escolas técnicas e os cursos técnicos, como do Sistema “S”, devem-se preocupar com o incentivo à criação e ao desenvolvimento de incubadoras de empresas. Na região há espaços e necessidades de pesquisas em diversos campos, como o da geologia, que podem integrar Ufes, Ifes e MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) – área de pesquisa mineral. Esses projetos podem ser do tipo cooperação universidade-empresa.

Os cursos de ensino superior da região precisam ser incentivados, e, em alguns casos, financiados, como forma de aproveitar as pesquisas acadêmicas e a produção de novas descobertas, que podem ser relevantes para a incorporação de inovações nas atividades empresariais, sociais, produtivas, como, também na construção de políticas públicas.

Há de ser criado um portal da Região Sul que seja o interativo possível, com áreas específicas para cada município e produtores locais, sendo estes responsáveis em abastecer seu conteúdo, como forma de mostrar a região, suas potencialidades e oportunizar negócios.

1.3 Combinação de Cadeias de Produtos e Serviços

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperativas instaladas na região já usam produtos sequenciados (leite e frutas). ▪ Vários tipos de manifestação artística que podem ser associados ao turismo da região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa confiança entre os atores a serem envolvidos. ▪ Não existem cadeias produtivas montadas ▪ Nunca se discutiu ou se experimentou esse tipo de ação na região.

Uma forma de valorizar a produção é aproximar e integrar as cadeias produtivas que apresentam afinidades entre si. O ganho principal é da economia de escala, representado pela divisão dos custos operacionais e potencialidade da ação conjunta.

Algumas atividades funcionam de forma paralela, podendo ser integradas mais facilmente. Um exemplo disso é a possibilidade de se aproximar a distribuição da produção de frutas com a de leite, pois ambos, frequentemente, são processados em conjunto, já que os iogurtes e produtos lácteos adicionados de frutas representam, hoje, o filão mais lucrativo desta indústria.

O aproveitamento comum da estrutura operacional também une atividades como a aquicultura, a floricultura e a fruticultura, pois todas elas precisam de transporte refrigerado. Neste aspecto, o interessante é que o conjunto pode viabilizar as atividades individuais, à medida que estas, isoladamente, podem não ter escala suficiente para manter o funcionamento adequado.

Em outra linha, há atividades que se complementam, produzindo melhores resultados. O setor metal-mecânico é um grande potencial fornecedor da indústria siderúrgica que se instala no estado. Ainda nesta cadeia, a escória siderúrgica, um resíduo industrial de fabricação do aço, que é uma importante matéria-prima para a indústria cimenteira, passa a ter uma oferta maior no estado e abre perspectivas de expansão ou surgimento de novas plantas.

No segmento de serviços, existem manifestações culturais importantes em toda a Região Sul, sendo preciso que se estabeleça uma gestão integrada dessa diversidade, procurando, ao máximo, aproximar os entes públicos, os produtores de cultura e os agentes de fomento, fortalecendo as linhas da política cultural do estado, como a criação de uma agenda comum de eventos e que as mesmas passem a integrar os programas de turismo da região. Para a sua concretização, deve-se ofertar incentivos, divulgação, criação de locais apropriados para a realização das atividades e apoio em sua manutenção.

1.4 Qualidade e Certificação

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção com valores significativos e que não estão sendo explorados. ▪ O mercado hoje é exigente quanto a produtos certificados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de tradição na certificação de produtos. ▪ Produção é passada a mercados poucos exigentes. ▪ Cadeia de fornecedores não são controladas.

Em um cenário de competição crescente em escala mundial, as empresas e produtores têm que se preparar para garantir sua inserção no mercado. A evolução dos meios de comunicação, com destaque para internet, aproximou fornecedores e clientes, facilitando o ingresso em mercados diversos, muitas vezes sem tocar no produto, confiando no seu padrão de qualidade. Por outro lado, esta mesma via, na mão inversa, permite a captação de clientes em praças não antes imaginadas.

Os fornecedores precisam se acostumar a pactuar contratos com maior grau de exigência e a estabelecer a qualidade, de modo padrão e uniforme ao longo do tempo, pois assim terão as condições indispensáveis para garantir valor e confiança em relação a seu produto.

O passo seguinte ao estabelecimento da qualidade nos produtos é o processo de certificação, destinado a garantir ao comprador a existência deste padrão, facilitando, ainda, o acesso dos primeiros (também serviços).

A certificação cria a cultura local e melhora a autoestima do produtor, permitindo o acesso a mercados diferenciados. Para alguns produtos, ela permite a obtenção de valor extra no momento da venda.

1.5 Centros Locais de Distribuição e Comercialização

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência da Ceasa no ES. ▪ Bons produtores e produtos da Região Sul que não possuem canal de distribuição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de associação de produtores. ▪ Falta de qualidade uniforme à produção. ▪ Grande perecibilidade de alguns produtos. ▪ Falta de transporte especial ou climatizado para tais produtos.

Há necessidade de se criar na Região Sul do ES novos processos com o intuito de facilitar o escoamento da produção, entrepostos notadamente agrícolas, com especial atenção aos pequenos produtores, abrindo caminhos mais ágeis para a chegada de seus produtos aos grandes centros consumidores.

Necessita-se, também, de novas estratégias na perspectiva da obtenção de melhores preços e maior dinamização do escoamento da produção, evidenciando-se a diferença de qualidade entre produtos, conforme cada lote ou produtor, ao invés de tratá-los de maneira uniforme em função apenas do gênero.

A implantação dos entrepostos elimina (ou mitiga) a importância do atravessador, que compra de diversos produtores para formar lotes economicamente viáveis, de acordo com seu interesse.

2 Recursos Financeiros

2.1 Captação de Recursos

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A oferta de ensino na região é grande. ▪ Recursos disponíveis em várias instituições, dependendo de projetos. ▪ Várias fontes de recursos que financiam projetos por reconhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de pessoal com conhecimento e experiência para elaboração de projetos de captação de recursos. ▪ Desconhecimento das linhas de fomento disponíveis ▪ Pouca participação e candidatura a prêmios por projetos. ▪ Projetos são recusados por deficiência em sua elaboração. ▪ Projetos implementados com insucesso devido ao fato de não haver um plano de negócios estruturado.

A captação de recursos, em geral, inicia-se com a elaboração e apresentação de um projeto, demonstrando a necessidade e o destino do recurso pleiteado. Todavia, nota-se uma falha na capacidade da região para produzir tais projetos.

As prefeituras e organizações em geral da sociedade civil são carentes de pessoas e conhecimentos para a elaboração desses documentos, levando, por vezes, à perda de oportunidades e a situações de fragilidade e dependência junto aos agentes repassadores. O Bandes tem recusado diversos projetos por deficiências na concepção e apresentação dos dados.

Muitos projetos de interesse da região podem ser desenvolvidos com financiamento externo, até mesmo em parcerias público-privadas. Para tal, o captador tem que saber apresentar sua proposta.

Nota-se que algumas novas funções e perfis são necessários à região, a fim de sustentar o processo de transformação, tais como *agente de desenvolvimento*, *agentes de crédito*, *agente comercial*, *captador de recursos* e *elaborador de projetos*. Formar técnicos para a elaboração de projetos – ou a criação de entidades locais de apoio ao fomento – é vital para a região.

2.2 Geração de Receita Própria – Tributos

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A geração de receita valoriza a autonomia dos municípios. ▪ Há grande potencial para expansão da arrecadação tributária. ▪ Já existem produtos informatizados e desenvolvidos na região que podem ser personalizados a cada caso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de informações sobre a situação imobiliária dos municípios. ▪ Existência de sonegação de tributos. ▪ Concorrência do norte do estado por intermédio de incentivos fiscais.

A receita dos municípios é, em geral, bem pequena e está largamente baseada em *transferências correntes* (fundos de participação, repasses, etc.), sendo a parcela de receita própria composta pela arrecadação das espécies tributárias de competência destes entes da Federação. Há vários casos em que a receita tributária é decrescente, e, mesmo assim, há espaço para crescer.

Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e ao Imposto sobre a Transmissão [*inter vivos*, por ato oneroso] de Bens Imóveis (ITBI), a melhora da arrecadação passa por um esforço de regularização fundiária e de adequação e informatização do cadastro imobiliário. Notam-se também áreas nitidamente urbanas sendo tratadas como rurais, levando os proprietários a recolherem o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União, ao invés do IPTU.

Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), também há necessidade de se modernizar as formas de controle de sua arrecadação. Os procedimentos administrativos, para quem se inscreve como contribuinte, devem ser eficientes e despidos de burocracia, além de terem transparência sobre os passos necessários ao cidadão. Deve haver um forte esforço de fiscalização, de forma não só repressiva, mas principalmente educativa, esclarecendo aos municípios sobre a necessidade de se custear o funcionamento da cidade e os benefícios que o justo recolhimento traz para todos.

Embora a sonegação seja algo difícil de aferir com precisão, a observação de campo aponta para um patamar elevado, começando pela dificuldade de se obter notas fiscais de muitos prestadores de serviços. Uma forma de tornar a fiscalização e arrecadação mais efetivas é a adoção de ferramentas modernas, tais como as notas fiscais eletrônicas e os emissores de cupom fiscal.

Quanto à perda de receita tributária, precisam ser observados eventos que acontecem na venda de produtos originados na região. Na venda de café no

exterior, em geral exige a interveniência de corretor ou *trading* para dar conta dos trâmites envolvidos, levando a exportação a ser registrada no domicílio dos intermediários. Situação parecida ocorre com os compradores de café para o mercado interno, que o levam para fora do estado sem registro fiscal e o inserem no mercado a partir de lá, omitindo a origem. Existem fortes indícios que o mesmo ocorra com outros produtos, como frutas e crustáceos.

Registra-se que os grandes projetos portuários e industriais já previstos para o litoral tendem a ser usuários de serviços, que podem ser prestados por fornecedores localizados em outras cidades da Região Sul. Os agentes locais e regionais devem estar preparados para este aumento no volume de negócios, para que não ocorram perdas relevantes com a falta de arrecadação.

Na competência de um município ainda está a Contribuição de Melhoria, que pode ser instituída para custear obras públicas que tragam benefício direto para segmentos que possam ser determinados ou conhecidos.

Um ponto a ser considerado é o relativo aos incentivos fiscais. Existe forte concorrência do norte do estado no que diz respeito à atração de investimentos, por estar inserido em área da Sudene e viabilizar os incentivos deste regime. Do mesmo modo, o norte do estado do Rio de Janeiro tem tido uma atitude agressiva na captura de investidores, com o oferecimento de incentivos fiscais, doação de terrenos e outras estratégias.

Os incentivos a investimentos na Região Sul são limitados, e, em alguns segmentos, precisam ser fortalecidos para garantir sua inserção em um cenário econômico tão acirrado. Diante dessa situação e das necessidades futuras, pode-se pensar na criação de um fundo próprio da Região Sul para ser aplicado em projetos prioritários de forma controlada e com governança dos segmentos públicos e da sociedade em seu conjunto.

2.3 Instrumentos de Fomento

(a) Para o Poder Público

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias Público-Privadas (PPPs). ▪ Linhas de financiamentos abertas nos Governos estadual e federal. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Municípios com capacidade de investimento comprometida. ▪ Falta de visão das linhas de crédito possíveis e disponíveis para a região. ▪ Desconhecimento de como se obter os créditos.

A capacidade de investimento dos municípios tem sido relativamente pequena em face das demandas dos munícipes. Por este motivo, torna-se mais importante a utilização de instrumentos que permitam a realização dos trabalhos necessários.

As prefeituras são as maiores injetoras de recursos – empregos e compras públicas – na economia local, mas frequentemente possuem um quadro funcional com excesso de servidores, o que as leva a enfrentar limitações legais relativamente à despesa com pessoal.

As alternativas que despontam para realização de obras de vulto: as prioritárias na esfera de infraestrutura em geral, rebatimento dos programas estaduais e federais de investimento ou as PPPs, já utilizadas em vários empreendimentos, com êxito nas áreas de saneamento, saúde e rodovias. O essencial é a capacidade de gerar projetos e propostas de forma adequada a atender as exigências de cada um deles.

No caso das PPPs, pode-se ainda, mesmo que eventualmente, haver a necessidade de uma integração entre municípios, pois há um limite mínimo fixado em lei para o contrato no valor de R\$ 20 milhões, o que as inviabiliza para pequenas ações. No mais, são uma boa alternativa, pois nelas a implantação da infraestrutura necessária para a prestação do serviço contratado pela Municipalidade dependerá de iniciativas de financiamento do setor privado e da remuneração do particular será fixada com base em padrões de *performance* e devida somente quando o serviço estiver à disposição do ente ou dos usuários.

A que as criou traz a possibilidade de combinar a remuneração tarifária com o pagamento de contraprestações públicas (modalidade patrocinada ou administrativa, respectivamente). Na concessão patrocinada, a remuneração do parceiro privado envolverá, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público. A concessão administrativa, por sua vez, envolve tão somente contraprestação pública, pois se aplica nos casos em que não houver possibilidade de cobrança de tarifa dos usuários.

(b) Para os Produtores Locais

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Linhas de crédito e agentes com disponibilidade. ▪ Vários pontos descentralizados dos agentes na região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de endividamento alto. ▪ Poucos conhecem as linhas de crédito existentes. ▪ Burocracia para requisição de créditos; muitas vezes, o agente deve comparecer pessoalmente ao órgão liberador, que fica distante.

Os pequenos produtores, rurais ou não, têm necessidade de crédito em condições adequadas para a atividade que desenvolvem. Todavia, a observação de campo aponta para um grau de endividamento dos produtores rurais acima do desejável, prejudicando o desenvolvimento de suas atividades, à medida que as possibilidades de gerenciamento da dívida, e não as necessidades do negócio, governam a escolha sobre as linhas de crédito a serem adotadas.

Algumas soluções apresentadas por órgãos de fomento não se coadunam com as vocações existentes, na visão dos produtores. Há necessidade de sensibilizar gestores destes órgãos, e outras autoridades, para o modelo ideal na perspectiva do desenvolvimento adequado para a região.

Em que pese o endividamento apontado, é sentida a necessidade de ampliação do financiamento disponibilizado aos produtores, sobretudo em linhas especializadas que os permitam abrir novos horizontes e diversificar a produção. Na mesma linha, é sentida a necessidade de ampliação de fontes. É reconhecido o valor do trabalho do Bandes e do Sicoob, apontados como os maiores parceiros, mas entende-se que a ampliação do número de parceiros tenderá a facilitar a oferta de crédito e minorar seu custo.

O crédito é, de fato, visto por produtores como uma necessidade. Todavia, também é enxergado como um risco capaz de colocar o produtor em uma condição de insolvência e dependência de mecanismos de rolagem de dívidas. Apontam que este risco decorre da natureza da atividade, sujeita a variações inesperadas de produtividade, flutuação de preços do produto e de câmbio, normalmente baseados nas cotações internacionais, como é o caso do café.

Como soluções, apontam para a criação de mecanismos efetivos e acessíveis de seguro de crédito ou outros instrumentos que lhes permitam reduzir a taxa de risco, a criação de créditos atrelados a resultados e liberados de forma parcelada.

2.4 Disponibilização de Crédito e Incentivos

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de criação de fundo de aval. ▪ Existência de modelo de sucesso em cooperativa de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomadores de crédito sem condições de satisfazer às exigências para a operação.

Visando ao aumento da oferta e disponibilidade de crédito, algumas ações podem ser empreendidas no plano regional.

Fundos de aval são mecanismos de garantia complementar, podendo ser formados com recursos de entidades públicas e privadas, que fomentam o desenvolvimento daqueles que têm dificuldades no acesso ao crédito, por não possuírem garantias suficientes à contratação de operações desta natureza. A garantia pode ser concedida por meio de aval, formalizada pelo fundo, e avaliza uma parte do financiamento.

A criação de fundo de aval regional é capaz de suportar a entrada de novos tomadores, que se encontram endividados ou não tenham condições de oferecer garantias suficientes, facilitando o crescimento do crédito.

O estado tem modelo de sucesso com cooperativas de crédito. Há a possibilidade de se fomentar a constituição de outras unidades, eventualmente orientadas a grupos ou atividades específicos.

A situação crítica em termos de endividamento de produtores pode ser a porta para a mudança. Novas linhas de crédito podem ser criadas em substituição às anteriores, permitindo uma migração progressiva, mas direcionando-se as primeiras a ações específicas, visando à transformação local.

O aspecto mais importante a ser observado permanentemente na questão do crédito é o seu uso consciente. Os tomadores, produtores rurais ou não, precisam receber orientação técnica e apoio direto, facilitando o processo de pedido e liberação, guiando a seleção do tipo de crédito com as condições mais adequadas, e, por fim, acompanhando a correta aplicação dos recursos. Existe o fenômeno de tomar determinadas linhas de crédito sem necessidade concreta, apenas por terem condições (carência e custo) atrativas, mas vinculadas a determinada aplicação que pode ser desinteressante para quem se endivida.

O Programa Nossa Bolsa do ES, administrado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect – ES), é um ponto-chave para o desenvolvimento, mas é preciso controlar a qualidade dos cursos nas instituições nas quais se compram espaços. Há necessidade de se criar as condições para que todos os municípios da região possam se enquadrar no programa do Governo federal – Universidade para Todos –, de modo a ampliar o acesso ao ensino superior.

No processo de formação dos jovens em cursos técnicos, deve-se procurar, ao máximo, incentivar e orientar a formação para a aplicação futura dos conhecimentos e técnicas em seus locais de origem. Devem ser abordados temas como a gestão e controle do negócio, empreendedorismo, formação de preços e seleção de linhas de crédito e análise de suas condições.

Outra oportunidade a ser conciliada com a oferta de crédito é o estímulo ao empresário na geração de emprego, sobretudo para absorver os recém-formados, dando-lhes a primeira oportunidade.

3 Adensamento das Cadeias Produtivas

3.1 Rural e Urbano

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Já existe cultura para o agroturismo. ▪ Região tem clima e solo próprios para desenvolver diversos produtos. ▪ Capilaridade do Incaper na região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poucos produtos têm valores agregados. ▪ Não existem bons canais de distribuição dos produtos locais. ▪ Falta de marca dos produtos da região. ▪ Extrema fragmentação das propriedades rurais. ▪ Só é pensado no produto e não em todo o seu processo – embalagem, comercialização e pós-venda.

A visão ideal da cadeia produtiva é a que gera o maior valor agregado possível. Ao invés do produto *in natura*, apenas cultivado ou extraído, deve-se buscar a produção de derivados ou a venda com um maior grau de acabamento. Ao invés da prestação de um serviço simples e isolado, deve-se pensar na oferta de uma solução completa e integrada. O ganho direto está na locação de mão de obra local ao invés da sua importação, quer do ponto de vista local ou regional.

Precisa ser estimulada a estruturação de negócios familiares ou associativos visando a ampliar a escala de produção e distribuição, preservando a qualidade dos produtos e suas características regionais, aumentando-lhes a oportunidade. A venda de produtos rurais processados, por exemplo, além do ganho de valor, tem aumentada sua capacidade de transporte e penetração em mercados, uma vez que fica reduzido o volume. Por outro lado, o processamento melhora (ou elimina) o risco da perecibilidade dos produtos. Incentivar e preparar os produtores locais para segmentarem seus processos produtivos visando ao mercado exportador é outra frente importante.

Linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) precisam ser incentivadas para facilitar a aquisição de equipamentos que melhorem a produtividade da mão de obra e a qualidade dos produtos do pequeno e médio empresário, assim como dos grupos organizados em associações.

Conhecer as potencialidades de renda local e, em especial, dos produtores familiares, é importante, partindo-se do levantamento das capacidades

produtivas existentes em determinados grupos, ainda que de maneira incipiente e sem profissionalização, de forma a se dirigir capacitação e orientação necessárias, garantindo-lhes possibilidades de incremento da renda familiar.

Também a necessidade de se estabelecer uma sistemática de divulgação dos produtos, sua publicidade e o apoio direto para a colocação e abertura de novos mercados. Diante da importância desta atividade, é recomendável haver programa específico para ela.

Um dos principais caminhos de apoio à divulgação e ao desenvolvimento da qualidade dos produtos é a introdução de selo regional que permita ao consumidor reconhecê-los facilmente. O aperfeiçoamento desta iniciativa caminha para a criação de sistema de denominação de origem, consagrado pela indústria de vinhos e de queijos finos, inserindo o produto regional em um patamar diferenciado de qualidade e aceitação no mercado.

Não se pode esquecer que a qualidade é a chave diferencial para o produto regional; trata-se do binômio qualidade e apelo regional, pois competir com grandes indústrias de padrão nacional é muito difícil em função do porte delas, que possuem ferramentas de marketing poderosas e ampla rede de apoio. Para sua implementação é clara a necessidade de apoio técnico, com capacidade de promover a produção local, assim como implementar projetos de integração entre os fornecedores locais, buscando-se a formação de cadeias produtivas, de arranjos produtivos locais (APLs) e outros, conectando-as e estabelecendo parcerias que otimizem os recursos existentes.

Urge, igualmente, criar programas de catalogação de oportunidades de emprego na região, administrados localmente, ofertando benefícios fiscais e outros – como processos de capacitação subvencionados pelo poder público – para empresas e indústrias que absorverem mão de obra local.

Uma parcela expressiva dos produtores recebe pouca assistência técnica, pois as visitas são com pouco frequentes, não permitindo uma avaliação contínua do desempenho do produtor. A assistência técnica ao produtor deve abordar, igualmente, o aspecto gerencial, ajudando-o a avançar e estabilizar-se em seu negócio, evitando que precise procurar alternativas nos momentos de crise.

3.2 Pesquisa Aplicada

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidades e escolas técnicas com potencial para realizar pesquisas na região. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de apoio mais direto ao produtor. ▪ Falta de laboratórios específicos para experiência de campo.

A pesquisa aplicada é um vetor de desenvolvimento muito importante, de forma que precisam ser incentivados os laboratórios, os centros de pesquisa, uma política de atração ao pesquisador, objetivando sua fixação local (ou regional, dando assistência às várias municipalidades), além da inovação.

Os polos de pesquisa não precisam estar em toda a região, e sim em pontos-chave; devem manter um relacionamento muito próximo com todos os municípios da região, estando sempre abertos às discussões, ouvindo e acolhendo as demandas, para que possam priorizar a direção de seus trabalhos. Seu potencial amplia-se quando se aproxima do ambiente universitário, aproveitando pesquisas e toda a produção acadêmica como “insumos” de possíveis processos inovadores.

As universidades têm que manter programas de pesquisas de campo alinhados às vocações regionais, buscando a integração da comunidade com o empresariado, além de apoiar a região com o resultado de seu trabalho. Além disso, precisam promover ações de extensionismo, tanto no plano rural como no urbano.

Por outro lado, é fundamental se pensar na priorização de cotas nos cursos relacionados à área agrotécnica para os habitantes locais, com vistas a estimular a fixação das pessoas no campo e evitando, em parte, o êxodo rural; os cursos dados aos “estrangeiros” à região, que por ela só passam, não contribuem significativamente para o desenvolvimento regional sustentável.

3.3 Associativismo

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de grupos com demandas homogêneas. ▪ <i>Idem</i>, experiências que podem servir de raiz para novos agrupamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O nível de associativismo na região é muito baixo. ▪ Há rejeição ao associativismo e ao cooperativismo em função da desconfiança dos interessados, fundada em ecos do passado (diversas quebras). ▪ Desconfianças a serem vencidas.

O nível de associativismo na Região Sul do ES, hoje, é muito baixo, mesmo sendo essa prática um processo-chave para o desenvolvimento regional, principalmente quando se leva em conta que há, na região, uma presença expressiva de pequenos e médios produtores.

As cooperativas relacionadas ao café precisam evoluir, fazer estoques comprando dos pequenos produtores que não têm canal de distribuição. Elas perderam muito o seu espírito e hoje os produtores guardam certo ceticismo em relação a tal forma de organização. Mais: a falta de capital de giro é o maior problema, dificultando a formação de estoques. Os compradores de café, que dominam o mercado, estão na área há aproximadamente um século e nada fizeram pelos produtores.

Os pequenos produtores, basicamente familiares, não têm visão empreendedorista e não trabalham com evidências (registro, contabilidade, etc.), de forma que é mais difícil sensibilizá-los para a vantagem e a força da ação conjunta. É comum terem a sensação de que a lavoura está dando resultado, quando, na verdade, é o contrário, em função da falta de controles. Com isso, demoram a perceber vantagens em se cooperativar.

O cooperativismo deve ser mais bem explicado ao público-alvo. Conceitos como *capitalização*, os *direitos e as vantagens de estar em grupo* e as *características de funcionamento* precisam ser esclarecidos. Deve-se mostrar ao grupo que a cooperativa não é um terceiro, um comprador de café, mas é do interesse de todos. Quando administrada em conjunto, passa a se ter mais resultados. Precisa-se vencer o medo das pessoas de se envolverem em grupo, pois o fato da marca “cooperativa” estar muito desgastada, não diminui a importância desta forma de organização. As boas cooperativas dependem de sua gestão, da equipe e de uma boa dose de idealismo.

O associativismo só será alcançado por meio de sensibilização para a prática, não bastando os repasses de conhecimentos ministrados apenas em cursos, apresentações ou palestras. Há que se contribuir com o apoio na montagem da gestão desses grupos associativos, mostrando resultados efetivos, como a visita a algumas práticas em funcionamento e que são bem sucedidas em seus investimentos.

Cenário de forte concorrência das multinacionais (Nestlé, Parmalat e outras) – que têm custos menores, maior escala, política comercial agressiva, foco em redução de custos dos insumos – elas acabam por deprimir o preço pago ao produtor e inviabilizam cooperativas de menor porte. A luta mais importante das

cooperativas é pela qualidade de seus produtos, *vis-à-vis* pelo fortalecimento do apelo regional como forma de ocupar mercado para se manterem.

As cooperativas também têm condições de ser centros irradiadores de formação para os produtores, desenvolvendo suas habilidades técnicas, empreendedoras e gerenciais.

Quanto à redução de riscos da atividade agropecuária, as cooperativas, reunindo diversos interessados, podem atuar como formadoras de lotes viáveis para que os pequenos produtores tenham acesso a instrumentos de controle de risco de crédito e proteção (*hedge*) contra flutuações de preços e de câmbio relativas aos produtos por eles colocados (a serem colocados) no mercado.

4 Interiorização do Desenvolvimento

4.1 Desenvolvimento da Logística

(a) Melhorias das Rodovias Federais e Estaduais

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Nacional de Logística e Transportes (PNLT) do Governo federal, que prevê investimentos no estado até 2023. ▪ Proximidade aos portos. ▪ Pequenas distâncias necessárias aos complementos dos trechos rodoviários municipais. ▪ Todas as sedes municipais são acessíveis por rodovias estaduais pavimentadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sobrecarga da BR 101. ▪ Necessidade recuperação das rodovias intermunicipais que conectam as cidades da Região Sul do ES. ▪ Relevo acidentado. ▪ Grande volume de transporte de carga pesada em todas as rodovias. ▪ Planejamento não integrado entre as esferas federal, estadual e municipal. ▪ Em vários municípios e distritos o acesso se dá por estradas não asfaltadas. ▪ Grande número de acidentes nas estradas da região. ▪ Nenhuma concessão rodoviária prevista para o ES [dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)]. ▪ Custo da logística no estado enfraquece o interesse de investimentos em atividades produtivas. ▪ Há deficiência ou inexistência de transporte entre alguns pontos intra e intermunicipais.

O mapa estratégico da indústria capixaba 2008-2025 está afinado com o Programa Nacional de Logística e Transportes (PNLT), do Governo federal, que prevê investimentos no estado até 2023.

Devem ser melhoradas as estradas que descem da BR-262 em direção ao litoral, em especial às cidades balneárias, pois isso incrementará o turismo nesse circuito, além do aproveitamento de suas potencialidades.

A BR-262, que parte de Vitória e alcança o Mato Grosso do Sul, constitui a principal via de escoamento do Corredor Centro-Leste; igualmente, da produção da região serrana do Estado. É de grande importância, devido à ligação com Minas Gerais.

A duplicação da rodovia Cachoeiro – Alegre, que já se encontra em processo de operacionalização, é uma opção muito interessante para fortalecer o turismo e o escoamento da produção agrícola e industrial

A BR-101 está sobrecarregada, necessitando ser duplicada, além da construção de trechos de contorno nas cidades da região onde a mesma corta os centros urbanos. Num cenário sem ferrovia na região, obriga a urgente duplicação desta via entre o Norte e Sul, considerando já ser difícil o transporte de matéria-prima para a Região Sul por via rodoviária.

A melhoria e ampliação das estradas, além da criação de novas vias, têm que levar em conta a logística na região e as dificuldades para o licenciamento ambiental, em função das vastas áreas de florestas preservadas, dos leitos de rios e encostas.

Também deve ser estudada a integração das principais estradas e das vias vicinais, dando um caráter de corredor econômico, a partir da identificação e sinalização dos atrativos locais, dos arranjos produtivos e do fluxo turístico.

(b) Transporte de Pessoas

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ As cidades dispõem de rodoviárias implantadas. ▪ Determinado conjunto de turistas já chega à região por meio de transportes coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existe nenhum ponto de informação virtual que localize os trajetos e áreas cobertas. ▪ Veículos que fazem as linhas intermunicipais não oferecem conforto adequado. ▪ Existem municípios significativamente isolados por falta de linhas regulares. ▪ Tráfego intenso de caminhões pesados nas principais vias.

Não há regularidade e informações disponíveis – de fácil acesso como as encontradas na internet – sobre trajetos, horários de partida e chegada dos ônibus intermunicipais e interestaduais. As que existem não têm um roteiro segmentado e não consideram a interconexão. São poucos os municípios cobertos por linhas interestaduais diretas, e, algumas delas, apesar de beirarem ou cortarem cidades, por falta de condições adequadas de parada e negociação para essa finalidade, não as adentram.

O serviço de transporte escolar, local e intermunicipal, é uma atividade importante executada pelas prefeituras, compondo uma grande frota de deslocamento dos estudantes dentro de sua localidade de origem como também entre municípios vizinhos, nos períodos diurno e noturno. São

necessárias ações que englobem a melhoria das estradas, a fiscalização dos contratos das transportadoras, e dos veículos, além da forma de transporte dos estudantes.

Muitos visitantes chegam à região em seus próprios veículos, que normalmente não são adequados às condições das estradas locais, em especial as de terra. Uma oportunidade de negócio está no aluguel de meios de transporte apropriados para a exploração no interior da região. Ressalte-se que o tráfego intenso de caminhões nas principais vias é um fator que desestimula os turistas que chegam por rodovias.

Em vários municípios existe exploração de transporte por meios alternativos, tais como as *vans*, que normalmente não são regulamentadas e controladas pelo poder público quanto aos seus destinos, qualidade e segurança dos veículos.

(c) Estradas Direcionadas a Vetores Turísticos e de Desenvolvimento

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de estradas já pavimentadas nesses percursos. ▪ Diminuição do tráfego leve nas estradas principais. ▪ Redução do tempo de chegada aos balneários e o natural interesse dos turistas por novidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de melhoria das estradas. ▪ Falta de sinalização específica e orientações de fluxo e pontos de observação. ▪ Roteiros de visitação não existentes. ▪ Pontos de informações turísticas.

O planejamento das estradas, além das características técnicas usuais, pode ser pensado de modo a direcionar o tráfego de maneira mais interessante para a localidade. O fluxo pode ser levado a passar por áreas em que se deseja induzir o desenvolvimento ou explorar potencialidades, que ficariam visíveis aos viajantes que cruzam o estado.

É necessário avançar com o projeto “Caminhos do Campo”, procurando alcançar grandes rodovias pavimentadas, como a BR-262. O objetivo do mesmo é adequar e revestir as estradas rurais capixabas, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar para melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos e as perdas dos produtos perecíveis, além do aumento do fluxo de visitantes no meio rural, visando a aumentar o número de propriedades aptas ao agroturismo.

Além disso, existem na região vários pontos de atração turística que não são totalmente explorados e com baixo fluxo de visitantes, em especial no meio rural, em função das condições das estradas.

A melhoria e conservação das estradas que cortam a Região Sul, sobretudo no eixo transversal à BR-262, irão ajudar o fluxo de turistas mineiros que se dirigem aos municípios balneários litorâneos do ES, economizando tempo de deslocamento, desobstruindo aquela rodovia e tendo oportunidade de conhecerem potencialidades turísticas dos municípios cortados, seu agroturismo, além da divulgação dos produtos regionais.

(d) Portos e Terminais Portuários

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demanda retraída, capaz de viabilizar um porto público. ▪ Terminais privados sendo instalados na região. ▪ ES com tradição e cultura de exploração portuária, extensão marítima e de calados profundos. ▪ Empreendimentos previstos para a Região Sul, especificamente em Anchieta e Presidente Kennedy. ▪ Existência de projetos já em curso, que podem ser ampliados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esgotamento dos portos do estado. ▪ Ausência de porto público na Região Sul. ▪ Alto custo de implantação. ▪ Marco legal que restringe a amplitude das atividades dos terminais privados. ▪ Processo de licenciamento ambiental detalhado ▪ Os terminais são privados e construídos segundo a necessidade de seus operadores, tornando-se, muitas vezes, incompatíveis com outros tipos de carga. ▪ Portos existentes de pequena profundidade.

Porto público – Considerando que o porto de Vitória não comporta embarcações de alto calado devido à sua pequena profundidade – mas somente os navios do tipo “Panamax” –, como também já não há previsão do aumento de suas atividades, faz com que essa realidade se transforme em oportunidade para a Região Sul ter um porto que supra essa demanda.

Terminais privados – Encontra-se em estudo a construção, pela Vale, de forma estritamente privada, de um Porto em Ubu, Anchieta, para cargas gerais e escoamento da produção de aço da Companhia Siderúrgica Vitória (CSV). Há expectativas de que esse terminal venha a transportar outras cargas, que poderá ser uma opção para o escoamento de mármore, granito e café. Todavia, o marco legal relativo aos portos impõe restrições no sentido de que cargas não pertencentes ao proprietário circulem por terminais privados.

Terminal da Ferrous Resources do Brasil Ltda. em Presidente Kennedy – Será alimentado por um mineroduto que desce de Minas Gerais.

A Região Sul já possui um terminal da empresa Samarco, localizado na Ponta de Ubu. Restrições na legislação impedem a livre movimentação de cargas através de terminais.

(e) **Marinas Turísticas**

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os balneários turísticos da região atraem atividades marítimas de lazer. ▪ A Região possui uma grande extensão de costa marítima que é frequentada por visitantes de médio / alto poder aquisitivo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existe a cultura de exploração turística desse tipo de atividade. ▪ Não se tem marinas públicas e privadas instaladas onde se possa atracar, fazer manutenção e abastecimento.

São portos de abrigo que permitem a atracação de embarcações de pequeno e médio porte, utilizadas para lazer, sendo propriedades individuais ou alugadas.

Nas marinas, também se disponibilizam serviços de apoio que incluem ligações de água e eletricidade, postos de combustíveis, balneários, instalações sanitárias, pequenos reparos e das embarcações e segurança das embarcações. Em algumas delas é ainda possível encontrar lojas de equipamentos náuticos, bares e restaurantes, entre outros.

(e) **Apoio Offshore**

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posição geográfica favorecida do estado que poderá receber demandas das plataformas da Bacia de Campos. ▪ A prática de apoio à exploração <i>offshore</i> já está consolidada no estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não se conhece a demanda, pois essa base poderá servir a outras demandas que não só as da Petrobras.

A Base de Apoio Marítimo de Ubu, pertencente à Petrobras, foi planejada há mais de dois anos para servir de apoio ao Porto de Macaé, RJ, que não tem mais condições de atender a todas as plataformas da Bacia de Campos, inclusive as que se localizam no litoral capixaba.

O Espírito Santo encontra-se em localização particularmente favorável em relação às áreas de exploração do pré-sal, a nova fronteira da produção de petróleo. Assim, não apenas a Petrobras necessitará de novas bases de apoio, como também diversos prestadores de serviços e outras empresas detentoras de campos petrolíferos nestas áreas.

(f) Cabotagem

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de alguns terminais já instalados. ▪ Experiência, já bem sucedida, com o transporte de madeira e produtos siderúrgicos. ▪ Extensão da costa capixaba. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Técnicas ainda não sedimentadas em vários segmentos. ▪ Necessidade de construção de terminais próprios. ▪ Análise de riscos quanto aos produtos transportados. ▪ Necessidade de criação de área de logísticas próprias.

Utilizar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC) do Governo federal, de forma a incrementar a cabotagem entre os portos do ES e aumentar a participação do modal aquaviário na matriz de transporte.

Um exemplo é o transporte marítimo de madeira realizado em barcaças pela Fibria entre Caravelas (BA) e Barra do Riacho (Aracruz, ES), que bateu o recorde de movimentação no mês de julho de 2010, transportando 205.695 m³ em 41 viagens.

Esse volume transportado equivale a 4.114 viagens de caminhões tritrens, reduzindo significativamente o fluxo de veículos pesados (e perigosos) nas rodovias, reforçando a importância socioambiental deste modal. A ArcelorMittal utiliza deste recurso para transportar bobinas de aço produzidas na CST para processamento em unidades de sua propriedade em Santa Catarina.

O modal marítimo, através do sistema empurrador / barcaça, é pioneiro no Brasil e já vem sendo adotado em outros locais e noutras empresas, como no transporte de granito.

(g) Aeroportos

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aeroporto já construído e com base operacional em Cachoeiro de Itapemirim, com pista pavimentada de 1200 m. ▪ Sua posição física permite que este campo de pouso seja HUB para o entroncamento entre os municípios das Regiões Sul e Norte do estado. ▪ Diminuição do tempo de acesso à região Sul do ES. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A topografia restringe a construção de pistas de pouso. ▪ O licenciamento ambiental pode ser difícil. ▪ Não existem linhas regulares programadas. ▪ Já houve uma exploração comercial, mas sofreu descontinuidade. ▪ Relativas ao transporte aéreo de executivos e empresários interessados em investir na região.

A pista do aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim é razoável (1200 m asfaltados), mas falta infraestrutura de apoio e voos noturnos. Poderá ser o HUB de acesso à Região Sul, assim como a municípios da Região Norte do estado.

O tipo de serviço que pode ser explorado ativamente é o regular ou *charter*, com saídas ou destinos para outros estados como RJ, SP, MG, além do Distrito Federal, atendendo aos visitantes de negócios em eventos específicos, como a Feira do Mármore e Granito de Cachoeiro do Itapemirim, ou a turistas.

(g) Helipontos e Helipontos

Heliporto – Área homologada e demarcada para pouso de helicópteros, mas com estrutura de apoio aos passageiros e à aeronave (venda de combustível, bombeiros, salas de embarque, etc.).

Heliponto – Área homologada e demarcada para pouso de helicópteros.

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requerem menos espaço para construção e são menos sensíveis à topografia da região. ▪ Tempo ocioso da frota estacionada em Vitória para apoio às atividades de petróleo e gás. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há tradição na região para esse tipo de atividade. ▪ Tem que se localizar interessados em explorar a atividade. ▪ A topografia da região requer estudo de áreas próprias para sua localização.

O transporte por helicópteros abre novas alternativas de acesso ao turismo na região, pela implementação de roteiros com circuitos de lazer (levando e trazendo), utilizando-se do potencial disponível dos equipamentos que fazem atividades nas plataformas e ficam nos fins de semana estacionados nos pátios dos aeroportos fora da Região Sul. As áreas de recepção devem ser dotados de área de pouso e estacionamento, balizamento noturno, serviços contra incêndio e terminal de passageiros.

Nesse sentido, é possível que aqueles empresários que tenham urgência em fechar negócios na região transformem-se em potenciais usuários deste tipo de serviço.

A posição dos mesmos deve ser em áreas estratégicas do ponto de vista comercial, mas também de dotar a região de infraestrutura que garanta acessibilidade e agilidade de atendimento dos bombeiros, da polícia e área de saúde.

(h) Ferrovias – Cargas e Passageiros

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de demanda potencial. ▪ O Plano Estratégico de Logística e Transportes do Espírito Santo (Pelts) dá significativo tratamento à implementação desse tipo de transporte. ▪ A Ferrovia Litorânea Sul já projetada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Custo de implantação. ▪ Diferenças de bitola nas diferentes redes diminuem seu potencial de utilização. ▪ Alternativas para o problema das bitolas do terceiro trilho ou novas linhas. ▪ A Ferrovia Centro-Sul [Ferrovia Centro-Atlântica S/A (FCA), pertencente à Vale], antiga Leopoldina, está praticamente desativada. ▪ O traçado da linha da FCA a torna pouco produtiva. ▪ Traçado obsoleto de algumas linhas.

Existe um grande movimento de carga, hoje transportada por via rodoviária, que pode ser deslocada para o sistema ferroviário.

A Ferrovia Vitória-Minas da Vale, em pleno funcionamento, transporta prioritariamente minério de ferro de Minas Gerais. O ES conta também com a ferrovia Centro-Atlântica S/A, que liga Vitória ao Rio de Janeiro.

Tem-se a expectativa da implantação da Ferrovia Litorânea Sul para suportar o desenvolvimento do polo industrial e de serviços de Anchieta e Cachoeiro de Itapemirim.

Além disso, o Corredor Centro-Leste que integra o complexo portuário capixaba ao estado de Minas Gerais e à Região Centro-Oeste, com o entroncamento da FCA com a EFVM na Grande Belo Horizonte.

Para viabilizar a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), está prevista a construção de Ferrovia Litorânea Sul, com extensão de 70 km, partindo de Cariacica e chegando ao terminal em Anchieta, cortando, em seu traçado, diversos municípios da Região Sul. Esta linha se prolongará até Cachoeiro de Itapemirim.

A malha ferroviária do ES já é utilizada por passageiros através da ferrovia EFVM, mas precisa ser expandida para as localidades do Sul do Estado.

4.2 Redes de Cidades e Polos

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de forças e condições em municípios que podem se tornar polos regionais. ▪ O movimento em torno do fortalecimento da região Sul do ES. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concentração de atividades no litoral. ▪ Região sofre grandes influências dos estados fronteiriços do RJ e MG. ▪ Força do crescimento da Região Norte do estado. ▪ Grandes investimentos na região, se não forem planejados, podem trazer prejuízos à qualidade de vida de algumas cidades.

O *Plano de Desenvolvimento ES 2025* tem uma especial preocupação com a formação de uma rede de cidades o mais homogênea possível por todo o estado, evitando concentrações excessivas e indesejadas, contribuindo para que elas tenham uma melhor qualidade de vida para seus habitantes e sejam mais fáceis de gerir.

No aspecto social, as cidades têm que oferecer atrativos para a fixação do morador e promover o desenvolvimento para todos, incentivando as vantagens potenciais que cada uma pode oferecer.

Os municípios não devem ter a visão de que concorrem entre si, mas de que, juntos, têm potencial para distribuir o crescimento e a atividade econômica pelo estado. Deve ser desenvolvida a visão de rede, fornecendo incentivos diferenciados para os arranjos que estão sendo vislumbrados e de acordo com suas vocações presentes e futuras.

Há necessidade de procurar ao máximo o desenvolvimento regional integrado reduzindo-se as desigualdades sociais entre os municípios próximos, evitando-se que as áreas em desenvolvimento viam uma espécie de “caça do tesouro”, atraindo a formação de bolsões no seu entorno. No sentido oposto, as cidades precisam se planejar para não se tornarem apenas dormitórios.

Em todos os aspectos a serem considerados em relação à Região Sul, existem necessidades que devem ser levadas em consideração, como por exemplo: sua posição geográfica, enquanto fronteira de dois grandes estados da federação – Rio de Janeiro e Minas Gerais –, que estabelecem forte influência e interação, levando-se a considerar, pelo aspecto regional, como uma mesorregião.

As redes de cidades devem ser desenvolvidas a partir da identificação das potencialidades locais e da verificação da viabilidade da implantação de projetos de polarização empresarial, da sua inserção no contexto estadual e

regional, das atividades econômicas relevantes, da logística e de toda a infraestrutura necessária. Importante, ainda, identificar possíveis áreas para implantação do empreendimento, as potencialidades de cada município e os possíveis investidores.

Este fenômeno irá gerar polos regionais de referência, tais como Anchieta (porto e siderurgia), Iconha (transportes), Cachoeiro de Itapemirim (educação, metal-mecânica, rochas, café, tecnologia e comércio), Venda Nova do Imigrante (olericultura e agroturismo), Alegre (educação) e Guaçuí (comércio).

4.3 Trabalhos Remotos com Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de programas de inclusão digital e experiências em municípios de pequeno porte. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Região é montanhosa e com muitas áreas de sombra. ▪ Poucos são os atuais usuários de TIC fora da área urbana da região.

A fase inicial do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) já contempla as cidades de Domingos Martins, Piúma e Itapemirim para a disseminação desse recurso. Este movimento deve ser o ponto de partida para tornar toda a região coberta do ponto de vista digital. A essa solução podem ser associadas alternativas que a tornem mais ampla e efetiva, como a adoção de tecnologia *wimax* (acesso à *web* em padrão banda larga por rádio, via antena, com alcance de 30 km em cada unidade).

Esse tipo de facilidade permite usar recursos de TIC com o objetivo de facilitar a disseminação da educação na região, a criação de telecentros comunitários com internet e com apoio de instrutoria, de forma a associar atividades de capacitação dos usuários em atividades específicas, sobretudo no uso produtivo de tais tecnologias, procurando minimizar a exclusão digital.

Com o crescimento do acesso por banda larga, a possibilidade de funcionários trabalharem remotamente vem crescendo muito nas empresas brasileiras. Estima-se que ao menos um quinto de empresas que contam com uma estrutura de informática (acesso externo ao *e-mail* corporativo ou à intranet) estimula esta prática.

Antes, o modelo tradicional de aumentar os negócios numa pequena ou média empresa era analisado sobretudo do ponto de vista de sua capacidade de expansão física e geográfica. Hoje, com as ferramentas de TIC, esta é uma preocupação que pode ser superada.

Empresas de tecnologia também geram empregos para serviços de suporte a produtos, secretárias, operadores de *telemarketing*, telefonistas e outros trabalhadores em funções de apoio.

Conclui-se que o avanço na disponibilização de uma infraestrutura de acesso às comunicações e, sobretudo, à internet cria uma possibilidade bastante alta para a inserção da região nos cenários estadual e regional, criando uma boa oportunidade de geração de emprego no local de origem dos cidadãos, evitando o incentivo ao êxodo.

Há de se considerar a necessidade de trabalhos e negócios advindos das disponibilidades de recursos da TIC na região, em função de demandas de suas vocações ao turismo e logística que hoje dependem diretamente desses recursos para suas operações.

Cabe, então, buscar as tecnologias que facilitem e potencializem esta tendência na região, estudando-se todas as possibilidades para que se possa implementá-la, assim como a busca da implementação de um maior número possível de telecentros comunitários nos municípios da região, criando cursos e programas específicos de inclusão digital que atendam às demandas das distintas faixas etárias.

5 Economia Local

5.1 Projetos de Incentivos à Preservação do Patrimônio Local

(a) Aproveitamento e Preservação Cultural

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Região Sul é o berço da cultura capixaba. ▪ Miscigenação de culturas diversas. ▪ Existência de festas tradicionais do folclore capixaba. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de preservação do patrimônio histórico e da identidade cultural. ▪ Falta de rotas para exploração do turismo cultural. ▪ Criação de um calendário harmônico dos eventos programados da região.

O meio ambiente, além da natureza, é composto por outros elementos. Dentre eles, o patrimônio cultural, formado pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e folclóricas; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em outras palavras, todos os elementos relacionados à formação e existência da sociedade, da história e da identidade capixaba devem ser considerados componentes do patrimônio cultural.

Reconhecer e valorizar as atividades culturais e artísticas municipais e regionais como recursos fundamentais, não apenas ao patrimônio intangível constituído, mas também como recursos passíveis de gerarem renda, formarem capital humano e ampliarem positivamente os ciclos econômicos locais.

Por outro lado, a conservação pode ser estimulada por meio de incentivos. Nas diretrizes para proteção do patrimônio cultural podem ser enumeradas várias medidas de estímulo às ações de preservação, tais como: o incentivo à instalação de órgãos públicos em prédios históricos, isenção de IPTU para facilitar aos proprietários de imóveis tombados o cuidado com sua manutenção,

além da utilização de leis estaduais e federais de incentivo que preveem percentuais de renúncias fiscais para empresas que investem em cultura.

(b) Ferrovias Turísticas

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente histórico no traçado de ferrovias da Região Sul. ▪ Potencial turístico da Região. ▪ Partes do leito da ferrovia que cortam cidades Região Sul ainda em condições de operação. ▪ Retomada da experiência de Viana a Domingos Martins com sucesso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve ser recuperada a malha local. ▪ Mobilização de equipamentos e montagem de roteiro e sua divulgação. ▪ Partes dos leitos ferroviários tomadas por construções irregulares.

O passeio, via ramal ferroviário, por municípios da Região Sul que possuem grande patrimônio histórico pode ajudar a dar visibilidade ao turismo local, especificamente na rota do Vale do Café com seus casarios tombados. Isso permitirá a produção de pacotes turísticos conjuntos a serem ofertados pelas operadoras fora e dentro do estado.

5.2 Incentivos à Fixação na Região

Facilitadores	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial de crescimento. ▪ Chegada de novos investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento não uniforme na região, com horizonte de preponderância do litoral. ▪ Falta de perspectivas mais interessantes na região, fazendo com que seus habitantes não se “fixem” nela, sobretudo os jovens, que saem em busca de novos horizontes (educação formal e atrativos culturais urbanos). ▪ Informações externas recebidas, fantasiosas, diferentes do que a realidade local pode oferecer.

A diversidade existente na Região Sul permite a atração de diferentes atividades econômicas, direcionando-as internamente conforme as particularidades das microrregiões e municípios.

A Microrregião do Caparaó como um todo deve ser vista como favorável a atividades limpas apenas, em função do forte apelo ecológico que valoriza seus produtos e serviços. Os centros urbanos, de uma forma geral, também devem receber atividades limpas, pois representam locais de mais alta densidade demográfica.

As atividades pesadas devem ser desenvolvidas nos polos direcionados a tal, pois seu agrupamento geográfico favorece atividades de controle ambiental e a respectiva fiscalização.

Os arranjos produtivos locais precisam ser desenvolvidos como forma de potencializar a atividade econômica local e desmotivar a saída dos habitantes. O ponto-chave é o alongamento das cadeias, procurando agregar valor, pois é um fator de demanda de mão de obra, e, por conseguinte, de injeção de recursos na economia local.

Por fim, é também muito importante a implementação de atividades de maior valor agregado e uso de tecnologias emergentes, assim como o estímulo à implantação de recursos e equipamentos para o desenvolvimento de atividades de cultura e lazer atualizadas (teatro, cinema e casa de cultura).